

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Departamento de Gestão e Negócios

Ana Elisa Martins Pereira Carvalho da Silva

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DESDE AS FASES
INICIAIS DO ENSINO ESCOLAR REFLETIDA NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Taubaté-SP

2022

Ana Elisa Martins Pereira Carvalho da Silva

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DESDE AS FASES
INICIAIS DO ENSINO ESCOLAR REFLETIDA NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para aprovação no curso de Bacharel em Ciências Econômicas, do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Orientador (a): Prof. Dra. Marcela Barbosa de Moraes

Taubaté-SP

2022

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

S586i Silva, Ana Elisa Martins Pereira Carvalho da
A importância da educação financeira desde as fases iniciais do ensino escolar refletida no desenvolvimento econômico do estado de São Paulo / Ana Elisa Martins Pereira Carvalho da Silva -- Taubaté : 2022.
46 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental, 2022.
Orientação: Profa. Dr. Marcela Barbosa de Moraes - Departamento de Gestão e Negócios.

1. Educação financeira. 2. Finanças pessoais - Estudo e ensino. 3. Economia. I. Título.

CDD – 332.024

Ana Elisa Martins Pereira Carvalho da Silva

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DESDE AS FASES
INICIAIS DO ENSINO ESCOLAR REFLETIDA NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para aprovação no curso de Bacharel em Ciências Econômicas, do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Orientador (a): Prof. Dra. Marcela Barbosa de Moraes

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

À minha mãe Marisa, ao meu padrasto Edson, aos meus irmãos Beatris e João Paulo e a toda minha família, meus grandes incentivadores.

AGRADECIMENTOS

À Deus, inteligência suprema, pelo dom da vida e pelos constantes desafios, que me possibilitou realizar este trabalho.

À minha orientadora Prof.^a Marcela Barbosa de Moraes, pela: paciência, orientação, apoio e atenção que me ajudaram a concluir este trabalho.

À Universidade de Taubaté, pelas inúmeras oportunidades concedidas, sem as quais eu não chegaria até aqui.

Aos demais professores, pela amizade, abraços e conhecimentos compartilhados, cada um com sua maneira e compreensão, me senti motivada durante todo o curso e feliz pelos laços que levarei ao longo da minha vida.

Aos meus colegas do curso que acompanharam o meu desempenho e formação, com companheirismo e solidariedade.

“Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.”

(Friedrich Nietzsche).

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema a importância da Educação Financeira desde as fases iniciais do ensino escolar refletida no desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, tendo como problema de pesquisa: Como a Educação Financeira, desde as séries iniciais, pode auxiliar no desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo? O objetivo geral do trabalho é, por conseguinte, demonstrar como a Educação Financeira, a partir das séries iniciais, pode auxiliar no desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. Pretende-se, para tanto, apresentar conceitos relacionados a Educação Financeira; investigar o nível de Educação Financeira dos indivíduos de diversas partes do mundo, de acordo com a OCDE, segundo aspectos individuais, demográficos e de socialização; e contrastar os níveis de Educação Financeira entre a população jovem de estudantes brasileiros com jovens de outras partes do mundo, também de acordo com a OCDE. Como metodologia adotou-se a pesquisa bibliográfica. Conclui-se que aumentar os níveis de Educação Financeira pode, por sua vez, melhorar os níveis de inclusão social e bem-estar, independentemente da condição social dos indivíduos, uma vez que lhes permitiria adquirir serviços financeiros com base em seu tipo e nível de renda. Uma maior Educação Financeira pode ocorrer diante de uma maior reação da população à crescente oferta de produtos e serviços financeiros, sob regimes regulatórios, desde que garantida a proteção dos interesses dos consumidores, pois a aquisição de produtos financeiros dependerá sobre comportamentos e atitudes financeiras positivas. O esforço público para aumentar a Inclusão Financeira não se refletirá por si só em aumentos racionais da Educação Financeira das pessoas. Para que isso aconteça, o Estado de São Paulo tem que disponibilizar mecanismos e recursos para que o consumidor tenha a certeza de se aproximar das instituições e obter as informações e treinamentos necessários para utilizá-las corretamente.

Palavras-chave: Educação Financeira. Séries Iniciais. Estado de São Paulo. Progresso Econômico.

ABSTRACT

The present research has as its theme the importance of Financial Education from the early stages of school education reflected in the economic development of the State of São Paulo, having as research problem: How Financial Education, from the early grades, can help in the economic development of the State of São Paulo? The general objective of the work is, therefore, to demonstrate how Financial Education, from the initial grades, can help in the economic development of the State of São Paulo. It is intended, therefore, to present concepts related to Financial Education; to investigate the level of Financial Education of individuals from different parts of the world, according to the OECD, according to individual, demographic and socialization aspects; and contrast the levels of Financial Education among the young population of Brazilian students with young people from other parts of the world, also according to the OECD. As a methodology, bibliographic research was adopted. It is concluded that increasing the levels of Financial Education can, in turn, improve the levels of social inclusion and well-being, regardless of the social status of individuals, since it would allow them to acquire financial services based on their type and level of income. Greater Financial Education can occur in the face of a greater reaction of the population to the growing offer of financial products and services, under regulatory regimes, provided that the protection of consumer interests is guaranteed, as the acquisition of financial products will depend on positive financial behaviors and attitudes. The public effort to increase Financial Inclusion will not, by itself, be reflected in rational increases in people's Financial Education. For this to happen, the State of São Paulo has to make mechanisms and resources available so that the consumer can be sure of approaching the institutions and obtaining the information and training necessary to use them correctly.

Keywords: Financial Education. Initial series. State of Sao Paulo. Economic Progress.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alfabetização financeira por educação	23
Figura 2: Alfabetização financeira por sexo	24
Figura 3: Desempenho dos alunos do ensino médio na escala de alfabetização financeira PISA 2018: média por país	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As “Três Grandes” Perguntas de Alfabetização Financeira

22

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	16
2.1	Endividamento.....	16
2.2	Fatores do Endividamento.....	17
2.3	Planejamento Financeiro Pessoal.....	18
3	ECONOMIA MODERNA.....	21
3.1	O analfabetismo financeiro generalizado no Brasil.....	21
3.2	A Alfabetização Financeira e os outros lugares do mundo.....	22
3.3	Novas evidências internacionais sobre estudantes do Ensino Médio.....	25
3.4	Por que a Alfabetização Financeira é importante.....	27
3.5	A questão da causalidade.....	29
3.6	Então, o que funciona?.....	31
3.7	Ensino Médio.....	32
3.8	Implicações políticas.....	33
4	O ESTADO DE SÃO PAULO.....	35
	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira é considerada um motor para o desenvolvimento econômico e social, uma vez que quando as decisões financeiras adequadas são tomadas, o padrão de vida das pessoas melhora, o que por sua vez potencializada e revigorada a economia (REIS, 2018).

Outrossim, a Educação Financeira desenvolve nos indivíduos, conhecimentos, habilidades e comportamentos necessários para a tomada de decisões financeiras responsáveis.

Saito (2019) relata que a necessidade de educar financeiramente a sociedade, começou a emergir a partir da grande crise mundial de 2008, onde evidenciou-se com maior clareza que o “denominador comum” entre as crises é a falta de Educação Financeira por parte dos cidadãos.

De modo que a partir da citada crise, organizações internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), passaram a criar estratégias e políticas em conjunto com os governos para desenvolver a Educação Financeira (LUSARDI, 2020).

O estudo da Educação Financeira faz parte de uma esfera mais ampla, denominada como “Inclusão Financeira”, que, recentemente, vem sendo investigada com grande interesse, pois sua prática promove o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, possibilitando, conforme estabelecido por Fiorentini (2014), movimentar os fluxos de renda ao longo do tempo, utilizando, por exemplo, produtos como poupança e crédito, o que, conseqüentemente, permite aumentar os ativos futuros e, se desejado, uma poupança para respaldo às despesas na velhice.

Os recursos economizados poderiam, por outro lado, no contexto macroeconômico, servir de base para que os países alcancem uma maior taxa de crescimento econômico, em benefício de todos setores da população (REIS, 2018).

Frente ao exposto, é desejável que o ensino da Educação Financeira comece na infância, fase da vida em que os indivíduos possam ser preparados para terem as noções básicas sobre o dinheiro e sua gestão, e que com o passar do tempo, conforme forem crescendo e evoluindo, essa compreensão possa se consolidar.

À luz da constatação, o trabalho teve como problema de pesquisa: Como a Educação Financeira, desde as séries iniciais, pode auxiliar no desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo?

Aventou-se a hipótese de que não é necessário que as escolas tenham a Educação Financeira como disciplina em sua grade curricular, não devendo ser nem mesmo um assunto transversal em outras disciplinas.

Defendeu-se, também, a hipótese de que ter aulas de Educação Financeira, desde a tenra infância, pode ajudar a transformar o cenário do Brasil, mais precisamente o do Estado de São Paulo, aglomerado de famílias endividadas e sem reservas, em um país de investidores, de pessoas responsáveis e saudáveis financeiramente.

O objetivo geral do trabalho foi, por conseguinte, demonstrar como a Educação Financeira, a partir das séries iniciais, pode auxiliar no desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. Pretendeu-se, para tanto, apresentar conceitos relacionados a Educação Financeira; investigar o nível de Educação Financeira dos indivíduos de diversas partes do mundo, de acordo com a OCDE, segundo aspectos individuais, demográficos e de socialização; e contrastar os níveis de Educação Financeira entre a população jovem de estudantes brasileiros com jovens de outras partes do mundo, também de acordo com a OCDE.

Como metodologia adotou-se a pesquisa bibliográfica. Foi realizada a leitura crítica, a redação de resumos e paráfrases e a elaboração de fichamentos das obras pertinentes ao enfrentamento do tema e à comprovação das hipóteses. Além da leitura de livros pertinentes ao objeto de pesquisa, serão consultados documentos disponíveis *online*, devidamente referenciados.

Este trabalho está estruturado em 5 partes, de forma que a sequência das informações ofereça um perfeito entendimento de seu propósito.

A primeira parte apresenta uma introdução abordando a Educação Financeira para a economia do Estado de São Paulo, trazendo os objetivos, a importância do tema, a metodologia e como está estruturado.

A segunda parte examina como se desenvolve o conhecimento financeiro, oferecendo uma perspectiva sobre as deficiências na Educação Financeira na população.

A terceira parte traz dados informativos mundiais, incluindo a população brasileira, jovem e adulta, para determinar o nível de conhecimento sobre economia e finanças necessários para serem tomadores de decisão eficazes.

A quarta parte revisa os projetos, programas e ferramentas sobre Educação Financeira desenvolvidos pelo Estado de São Paulo.

A quinta parte realiza as conclusões e sugestões para futuros estudos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O presente trabalho visa apresentar o conceito da falta de controle do orçamento que pode levar ao endividamento excessivo.

Explicando ainda que poucas pessoas investem tempo na gestão do seu orçamento e sabem para onde vai o seu dinheiro. Assim, a maioria acaba gastando mais do que pode. Sabendo disso, coloque no papel seus gastos e receitas e adote uma postura mais responsável com relação às suas decisões de consumo.

Apresentando como independentemente da profissão, idade e planos, ter um Planejamento Financeiro e saber controlar os gastos são essenciais para um negócio ou objetivo pessoal poderem prosperar. Porém, fazer uma boa gestão do dinheiro nem sempre é uma tarefa fácil para todos.

2.1 Endividamento

Relata-se que o termo “endividamento” tem origem no verbo endividar-se e significa fazer ou contrair dívidas. Como sinônimo têm os verbos encalacrar-se ou empenhar-se (REIS, 2018).

Para Fiorentini (2014, p. 88) o endividamento é definido como sendo: “Um saldo devedor de um indivíduo, e este pode resultar apenas de uma dívida ou mais de uma simultaneamente”.

Dessa forma, o endividamento pode ser conceituado como o uso de recursos de terceiros, a fim de satisfazer as necessidades de consumo, isto é, um indivíduo extrapola sua renda orçamentária e recorre à utilização de outras fontes de recursos.

Uma vez que o endividamento é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo, ao se apossar desse recurso se estabelece um compromisso em devolver, com a data estabelecida, tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária (SAITO, 2019).

O endividamento pode ser acompanhado pelo não cumprimento do acordo assumido com outrem, surgindo assim à inadimplência, ou seja, o não pagamento pontual dos compromissos financeiros por parte do devedor (TOLOTTI, 2017).

Para elucidar a questão do endividamento, utiliza-se como exemplo as famílias brasileiras atingiram nível recorde em abril de 2022. A inadimplência também chegou ao patamar mais alto desde o começo da série histórica (PIOVESAN, 2021).

Assim sendo, a inadimplência é o caso em que o indivíduo não alcança saldar um contrato, o que constitui a ausência de pagamento ou não cumprimento do acordo.

Muito embora, seja conceituado também como inadimplente o devedor que não satisfaz a obrigação de forma espontânea (SEHN; CARLINI, 2017).

Em consoante a isto, a inadimplência é a situação na qual o tomador de recurso não consegue saldar sua obrigação dentro do limite estabelecido.

As consequências de ser inadimplentes são muitas e começam na restrição de crédito. Uma pessoa inadimplente tem o nome e Cadastro de Pessoa Física registrados pelos serviços de proteção de crédito como Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito, o que é conhecido popularmente como “nome sujo” (SAITO, 2019).

É factível que a inadimplência pode levar um indivíduo a realizar mais de um financiamento e chegar a uma situação de múltiplo endividamento.

2.2 Fatores do Endividamento

Acredita-se que o endividamento é causado por diferentes fatores como: dificuldade financeira pessoal (o que impossibilita o cumprimento de suas obrigações), desemprego, falta de controle nos gastos, compras de terceiros, atraso de salário, comprometimento da renda com despesas supérfluas, redução da renda, doenças, má-fé de terceiros, sendo todos estes fatores agravados em época de crise econômica do país (FIORENTINI, 2014).

Outrossim, uma pessoa pode ser considerada endividada quando não consegue cumprir com seus compromissos financeiros.

Segundo Tolotti (2017), esses atrasos podem variar de um a três meses, e muitos autores afirmam que as principais causas do endividamento ocorrem pela falta de Educação Financeira.

O autor ainda comenta que muitos fatores psicológicos influenciam o consumo e, conseqüentemente, o endividamento; angústia, *status* e até mesmo a inveja são alguns deles (TOLOTTI, 2017).

No entanto, segundo o Banco Central do Brasil (BACEN) (2021) os principais motivos para o endividamento das famílias brasileiras são: a) despesas sazonais (aquelas que ocorrem em um determinado período do ano); b) *marketing* (que impulsiona as vendas e as compras não planejadas; c) redução da renda sem a

redução das despesas; d) despesas emergenciais; e) falta de conhecimento financeiro.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realiza mensalmente a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, (PEIC). A PEIC é apurada anualmente desde julho de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal.

A pesquisa realizada em julho de 2021 apontou que 59,6% das famílias do Estado de São Paulo relataram ter dívidas em cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro (PEIC, 2021).

Destas famílias, 23,7% possuem dívidas em atraso e, ainda, 9,4% declaram que não terão condições de quitar suas dívidas ou contas em atraso, e permanecerão inadimplentes pelo próximo ano (PEIC, 2021).

Conforme afirma Tolotti (2017), algumas medidas fazem diferença para não se tornar uma pessoa, ou família, endividada. Além de se educar financeiramente, não gastar mais do que se ganha, ter olhar crítico em relação aos apelos comerciais, não utilizar cheque especial, pagar o cartão de crédito integral e fazer uma reserva, pode-se tornar as próximas compras mais vantajosas e lucrativas. Além, obviamente, ter um bom Planejamento Financeiro.

2.3 Planejamento Financeiro Pessoal

Planejamento Financeiro Pessoal é um conjunto de medidas que precisam ser adotadas para alcançar um objetivo.

Em outras palavras: “É prever situações futuras, criar objetivos e adaptar seu comportamento para garantir que suas metas sejam cumpridas” (REIS 2018).

Para alcançar um maior controle sobre o dinheiro e uma melhor eficiência na utilização da renda, a Gestão e a Educação Financeira são primordiais nesse processo. Quão grandemente for a dimensão dessas duas ciências, melhor será o futuro financeiro do indivíduo e de suas famílias.

Na concepção de Piccini (2014, p. 133), o Planejamento Financeiro Pessoal é o processo de: “Gerenciar o seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal. Consente que se administre a situação financeira para atender necessidades e almejar objetivos no decorrer da vida”.

Para Camargo (2017), o Planejamento Financeiro Pessoal consiste em estabelecer e seguir uma estratégia mais ou menos deliberada e dirigida para a manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para o curto, médio ou longo prazo e visa garantir a tranquilidade econômico-financeira do indivíduo.

De maneira mais clara, os autores Lelis (2016) e Medeiros (2013) afirmam que a Educação Financeira é um assunto no qual se debate a importância do dinheiro, como administrá-lo, como ganhar, gastar, poupar e consumi-lo de forma consciente.

Levando em consideração o tema do Planejamento Financeiro Pessoal no Brasil, infelizmente o país tem pouco a mostrar ao mundo: em um *ranking* divulgado pela OCDE, em 2021, o Brasil alcançou a 74ª posição em Educação Financeira globalmente.

Em diversas pesquisas globais sobre o mesmo tema, o país figura sempre nas últimas colocações. Isso mostra que grande parte da população brasileira não tem o hábito de planejar financeiramente (SAITO, 2019).

Em relação às finanças das famílias do Estado de São Paulo, o Planejamento Financeiro Pessoal é primordial e importante para que tenham uma melhor organização e projeção de suas finanças, uma vez que é, notadamente, o Estado mais rentável do Brasil

O Planejamento Financeiro Familiar, ou Orçamento Familiar, é a somatória de todas as receitas da família durante o mês, onde, este tem de ser maior ou igual à previsão do que se tem a pagar, de forma que esses pagamentos sejam realizados (REIS, 2018).

O Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar é trazido como viabilizador da consolidação de sonhos, estrutura familiar saudável e ensejador de qualidade de vida, tendo em consideração a realidade hodierna, onde há busca incessante da ascensão social, *status*, poder de consumo, causados pela globalização, costumes, cultura, que resultam em uma situação financeira oposta da almejada.

Portanto, é notório que o Planejamento Financeiro Pessoal é um grande instrumento que viabiliza as famílias a não embarcarem no endividamento. Pois, tendo um controle sobre suas finanças, as famílias tendem a honrar suas obrigações a curto e longo prazos e, conseqüentemente, melhorando sua condição de vida.

Em outros termos, a economia da família permite, ou permitia, uma redistribuição interna entre os que produzem um excedente, e os que necessitam

desse excedente para sobreviver. Trata-se de uma nova forma de economia, a economia moderna, que será melhor abordada no próximo capítulo.

3 ECONOMIA MODERNA

Sabe-se que a economia moderna, devidamente adaptada e célere atualmente, exige cada vez mais que os consumidores façam muitas escolhas financeiras complexas e, por vezes, desconcertantes.

Quase diariamente os indivíduos se questionam:

- Quantos cartões de crédito devo ter e como seleccioná-los?
- Devo pedir emprestado para a faculdade, e quanto é demais para pagar?
- Quanto devo economizar e onde devo investir?
- Devo alugar ou comprar um carro?
- Devo alugar ou comprar um lugar, e quanto preciso investir e quanto posso pagar?
- Quando posso me aposentar? entre tantas outras (SAITO, 2019, p. 44).

Obviamente, nem todos os indivíduos precisam de um diploma em Economia, mas precisam de algum conhecimento financeiro para tomar tais decisões, ou devem contar com um consultor para ajudar nessas decisões.

No entanto, a revisão da literatura mostra que muitas pessoas tomam más decisões econômicas, porque são analfabetas financeiramente (VIEIRA, 2021).

Como mostra-se abaixo, a ignorância financeira pode ser cara, e até mesmo ruínosa, para muitos.

3.1 O analfabetismo financeiro generalizado no Brasil

O primeiro exame de Alfabetização Financeira no país, foi realizado somente em 2015, uma pesquisa nacionalmente representativa de brasileiros com mais de 50 anos, medindo o domínio dos cidadãos sobre o controle das finanças diárias, além de saber como eles resolvem suas situações cotidianas (PIOVESAN, 2021).

O resultado: apenas metade dos brasileiros sabia a resposta certa a duas perguntas básicas sobre taxas de juros e inflação. E apenas um terço sabia a resposta certa para essas duas, e mais uma terceira pergunta, sobre diversificação de risco. As perguntas específicas estão listadas abaixo (PIOVESAN, 2021).

As três perguntas básicas, apelidadas de “Três Grandes”, que foram projetadas, e que são relatadas a seguir:

1) Suponha que tenha \$ 100 em uma conta poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Depois de 5 anos, quanto acha que teria na conta se deixasse o dinheiro crescer?
Mais de R\$ 102
Exatamente R\$ 102
Menos de R\$ 102
Não sei
Recuso-me a responder
2) Imagine que a taxa de juros da sua caderneta de poupança fosse de 1% ao ano e a inflação fosse de 2% ao ano. Após 1 ano, quanto você seria capaz de comprar com o dinheiro dessa conta?
Mais do que hoje
Exatamente o mesmo
Menos do que hoje**
Não sei
Recuso-me a responder
3) Esta afirmação é verdadeira ou falsa. “Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo mútuo de ações.”
Verdadeiro
Falso**
Não sei
Recuso-me a responder

Quadro 1: As “Três Grandes” Perguntas de Alfabetização Financeira
 Fonte: Piovesan (2021, p. 3).

Observa-se que as 3 perguntas têm a virtude de serem simples, relevantes, breves e com bons diferenciais, mostrando uma variedade de conhecimento.

3.2 A Alfabetização Financeira e os outros lugares do mundo

Buscando investigar se os brasileiros podem ser incomuns em seu (ou na falta de) conhecimento financeiro, o resultado da pesquisa de Lusardi (2020) foi comparado com várias análises internacionais.

Embora alguns respondentes tenham obtemperado com mais precisão do que os brasileiros, ainda é um possível observar analfabetismo financeiro generalizado mesmo em países relativamente ricos, com mercados financeiros bem desenvolvidos. Estes incluíram Canadá, Alemanha, Holanda, Suíça, Suécia, Japão, Itália, França, Austrália e Nova Zelândia. O desempenho foi marcadamente pior na Rússia e na Romênia (LUSARDI, 2020).

Nota-se que ser mais instruído, sempre esteve associado a ter mais conhecimento financeiro (Figura 1) em todos os países examinados:

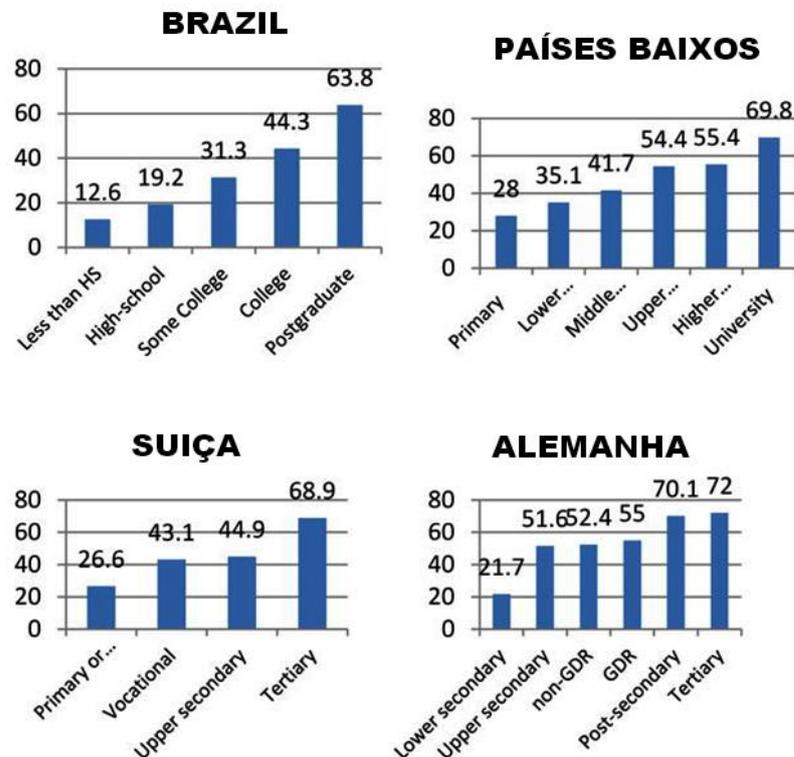


Figura 1: Alfabetização Financeira por educação
% fornecendo respostas corretas para todas as três perguntas sobre Educação Financeira
Fonte: Lusardi (2020, p. 12)

Mas também se nota que somente a educação não é suficiente. Ou seja, mesmo pessoas bem educadas não são, necessariamente, conhecedoras de dinheiro.

Outra descoberta surpreendente comum nos países estudados é que os homens são mais propensos do que as mulheres a responder as perguntas corretamente (Figura 2):

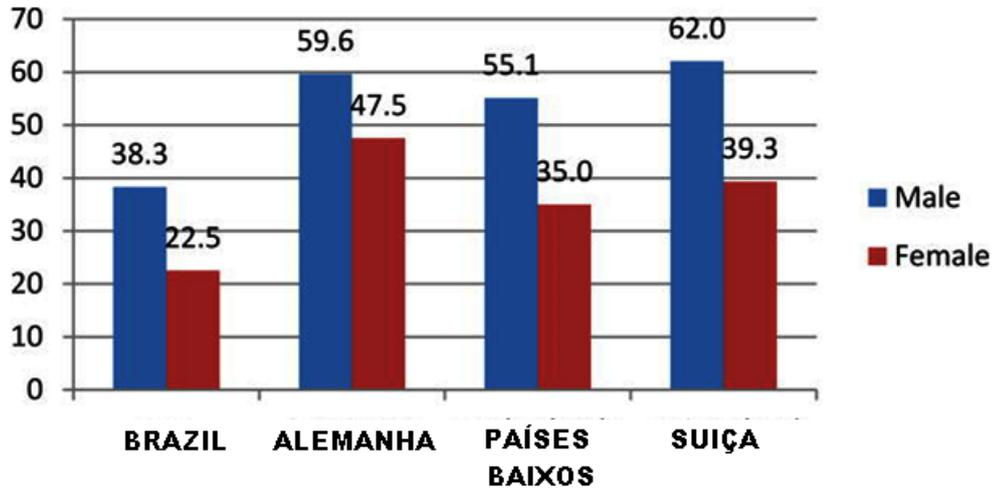


Figura 2: Alfabetização Financeira por sexo
% fornecendo respostas corretas para todas as três perguntas sobre Educação Financeira
Fonte: Lusardi (2020, p. 19)

Haja vista, entender por que isso é verdade, bem como suas possíveis consequências, é uma área intrigante para pesquisas futuras, uma vez que, tal fato, pode resultar de estruturas familiares tradicionais em alguns países (LUSARDI, 2020).

Ou seja, na medida em que os maridos tradicionalmente trabalhavam por remuneração e as esposas eram menos expostas ao mercado, os homens provavelmente tomavam mais decisões financeiras do que suas esposas. Se assim for, seria de prever que as diferenças de desempenho diminuiriam ao longo do tempo. No entanto, há pouca evidência de uma lacuna entre os jovens (MITCHELL, 2021).

Outra descoberta impressionante, que também é consistente entre os países, é que os homens estão mais confiantes sobre seus conhecimentos financeiros do que deveriam (VIEIRA, 2021).

Assim dizendo, mesmo quando erraram, relataram estar “muito confiantes” em suas respostas.

Por outro lado, as mulheres, em média, responderam corretamente menos perguntas de conhecimento financeiro, mas eram mais propensas a admitir quando não sabiam como responder às perguntas. Isso sugere que a Educação Financeira pode ser mais bem-vinda pelas mulheres, caso surja a oportunidade (VIEIRA, 2021).

Também foram encontrados baixos níveis de Alfabetização Financeira entre os entrevistados mais jovens. Por exemplo, os entrevistados no início de suas carreiras profissionais (23 a 28 anos) apresentam pouco conhecimento sobre juros compostos, inflação e diversificação de risco (VIEIRA, 2021).

Achados semelhantes são relatados entre os chamados *Millennials* (23-35 anos), incluindo aqueles que possuem diploma universitário (MITCHELL, 2021).

3.3 Novas evidências internacionais sobre estudantes do Ensino Médio

Os resultados discutidos até agora abrangem principalmente a população adulta, mas os dados recentemente coletados pela OCDE no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), incluíram avaliação internacional entre estudantes do Ensino Médio (OCDE, 2018).

O objetivo era avaliar o conhecimento financeiro de jovens estudantes (15 anos) juntamente com sua capacidade de aplicar esse conhecimento para tomar decisões financeiras e planejar seu futuro (OCDE, 2018).

A abordagem é importante, pois os jovens de hoje estão enfrentando produtos e serviços financeiros cada vez mais sofisticados do que seus pais. Eles também têm mais oportunidades de assumir riscos financeiros, principalmente em um ambiente em que os indivíduos precisam fazer escolhas em relação a dívidas, gastos, poupança, cobertura de saúde e planejamento de aposentadoria (LUSARDI, 2020).

E, finalmente, em muitos países, os alunos que estão no Ensino Médio são encarregados de tomar algumas das decisões financeiras mais importantes de suas vidas, ou seja, ir para a faculdade e, em caso afirmativo, o que estudar (MICHAUD, 2020).

Para avaliar o nível de sofisticação financeira dos jovens, o teste PISA, em sua última edição no ano de 2018, abrangeu dinheiro e transações, planejamento e gerenciamento de finanças, risco e recompensa e o cenário financeiro.

Em 2018, cerca de 18 países participaram da avaliação. Curiosamente, os resultados imitam os das populações adultas citadas acima:

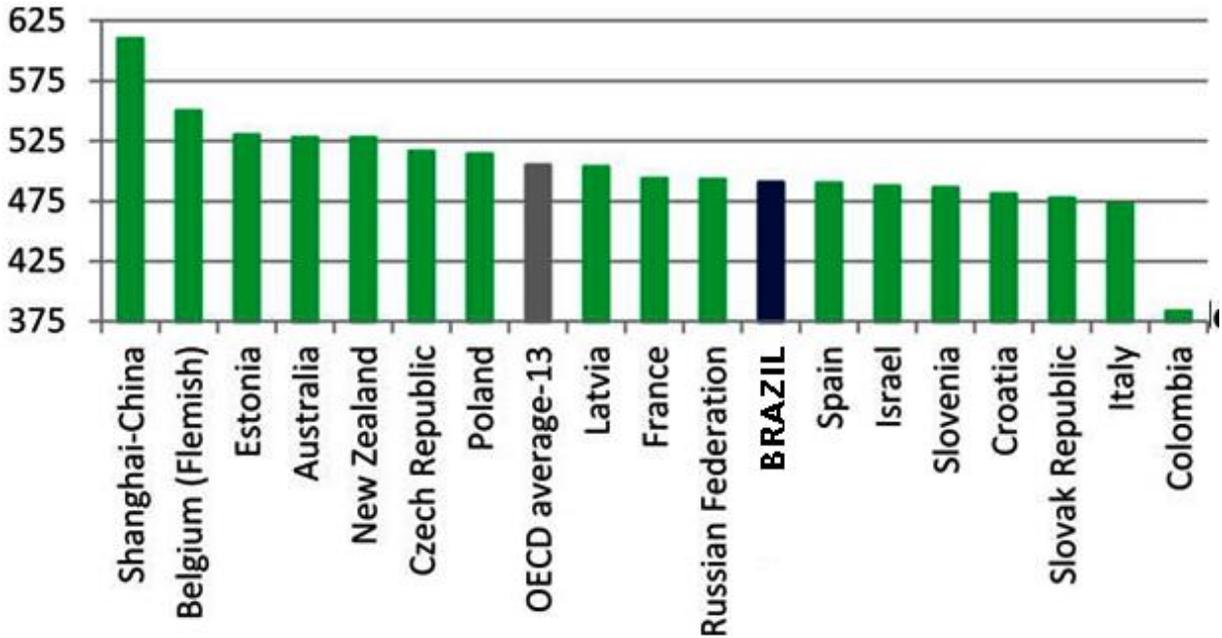


Figura 3: Desempenho dos alunos do ensino médio na escala de Alfabetização Financeira PISA 2018: média por país
 Fonte: OCDE (2018, p. 1)

A Figura 3 mostra que, como antes, os entrevistados do Brasil ficaram no “meio”, apesar de o país desempenhar um papel importante na economia global e ter mercados financeiros bastante desenvolvidos. Os vizinhos próximos (de um padrão de desempenho) são Espanha e Eslovênia, com melhor desempenho de australianos e neozelandeses. Os alunos com melhor pontuação foram encontrados em Xangai, na China.

Vários outros achados importantes também emergem desses dados (MITCHELL, 2021); (LUSARDI, 2020); (MICHAUD, 2020). Em primeiro lugar, muito mais meninos apresentam desempenho superior e inferior na escala de Alfabetização Financeira, em comparação com as meninas. Em segundo lugar, uma parte considerável da variação na literacia financeira é explicada pelos antecedentes socioeconômicos dos alunos.

Em outras palavras, a desigualdade na Alfabetização Financeira já é aparente no Ensino Médio, de modo que essas diferenças parecem aumentar ao longo da vida.

3.4 Por que a Alfabetização Financeira é importante

Particularmente, na esteira da crise financeira, é importante investigar se o analfabetismo financeiro se traduz em comportamento econômico oneroso e em erros financeiros evidentes.

Argumenta-se que há evidências substanciais de que pessoas com mais conhecimento financeiro são mais propensas a planejar, poupar, investir em ações e acumular mais riqueza (MITCHELL, 2021).

Esses indivíduos, mais abastados intelectualmente, também têm se mostrado menos propensos a ter dívidas de cartão de crédito e, quando fazem empréstimos e financiamentos os gerenciam melhor, pagando o valor total a cada mês, em vez de apenas o mínimo devido (LUSARDI, 2020).

Como também tendem a não tomar empréstimos contra seus planos e são menos propensos a usar métodos de empréstimo de alto custo (por exemplo, empréstimos por dia de pagamento, lojas de penhores, empréstimos com garantia veicular, agiotas e reembolso empréstimos antecipados) (VIEIRA, 2021).

Savoia (2020) centra-se nos “erros” financeiros relacionados com as decisões sobre endividamento, mostrando não só que estes tinham consequências em termos de custos, mas também que prevalecem entre os jovens e os idosos, grupos com os níveis mais baixos de literacia financeira.

Vale destacar a conclusão de que a Alfabetização Financeira pode ser, particularmente, importante para os jovens. No Brasil por exemplo, os chamados *Millennials* (aqueles nascidos de XX a YY) agora estão entrando no mercado de trabalho sobrecarregados por muitas dívidas de cartão de crédito e empréstimos estudantis (MICHAUD, 2020).

Observa-se, ainda, que os jovens também contam com métodos de empréstimo de alto custo (por exemplo, empréstimos por dia de pagamento e agiotas) (GERARDI; GOETTE; MEIER, 2021).

A falta de clara compreensão dos conceitos financeiros básicos, portanto, provavelmente prejudicará os esforços para se estabelecer, futuramente, como adultos bem sucedidos financeiramente, ou pelo menos entendedores de valores monetários.

O conhecimento financeiro também pode compensar em termos de eficiência de poupança e investimento. Um estudo recente explorou um conjunto de dados

exclusivo, de uma grande instituição financeira, que relatou o conhecimento financeiro dos funcionários, juntamente com informações administrativas extraídas do plano de aposentadoria dessa empresa (GERARDI; GOETTE; MEIER, 2021).

A análise do conhecimento financeiro e do desempenho do investidor mostrou que indivíduos com maior conhecimento financeiro investem em ativos mais sofisticados, gerando maiores retornos esperados sobre a poupança para aposentadoria e menor risco não sistemático (GERARDI; GOETTE; MEIER, 2021).

Além disso, o estudo mostrou que responder corretamente a apenas uma pergunta financeira adicional está associado a uma probabilidade 3 a 4 pontos percentuais maior de planejar a aposentadoria nos Estados Unidos, Japão, Canadá e Alemanha (GERARDI; GOETTE; MEIER, 2021).

A Alfabetização Financeira tem o impacto mais forte na Holanda, onde saber a resposta certa para mais uma questão de Alfabetização Financeira está associado a uma probabilidade 10 pontos percentuais maior de planejamento (GERARDI; GOETTE; MEIER, 2021).

A Alfabetização Financeira também é inestimável durante a fase de aposentadoria: por exemplo, em uma configuração experimental, mostrou-se que muitas pessoas não entendem os fluxos de renda ao longo da vida (VIEIRA, 2021).

Em outras palavras, Vieira (2021) indica que pagariam pouco se tivessem a chance de “comprar” R\$ 100 a mais em renda de aposentadoria vitalícia, mas também exigiriam muito mais se fossem solicitados a “vender” o mesmo fluxo de R\$ 100 por uma quantia fixa.

Curiosamente, os mais alfabetizados financeiramente fornecem respostas mais consistentes internamente, indicando que entendem melhor o produto financeiro e, portanto, podem se proteger melhor contra o risco de longevidade na aposentadoria (GERARDI; GOETTE; MEIER, 2021).

Trabalhos recentes também mostram que os conselheiros, às vezes, influenciam os trabalhadores a transferir seus fundos de aposentadoria para veículos de investimento de alta taxa, lançando dúvidas sobre os menos alfabetizados financeiramente a confiar em conselhos financeiros (MICHAUD, 2020).

Outros estudos mostram que a Alfabetização Financeira e o aconselhamento financeiro são complementares e não substitutos (MITCHELL, 2021).

3.5 A Questão da Causalidade

Uma questão frequentemente levantada tem a ver com a direção da causalidade entre Alfabetização Financeira e comportamentos econômicos.

Em tese, SE estabelece que indivíduos alfabetizados financeiramente planejam melhor, economizam mais, ganham mais em seus investimentos e administram melhor seu dinheiro na aposentadoria (MITCHELL, 2021).

No entanto, permanece a possibilidade de causalidade reversa: talvez algumas pessoas tenham mais conhecimento, porque têm o dinheiro em primeiro lugar.

Para desvendar essa questão de causalidade, revisou-se recentemente o estudo de um extenso conjunto de evidências sobre Alfabetização Financeira e resultados econômicos em todo o mundo.

Este estudo abrangente chegou a uma conclusão inequívoca: mesmo após a correção de uma variedade de questões de estimativa econométrica, a Alfabetização Financeira mostra-se ainda mais poderosa do que pode ser concluído, a partir de simples correlações (LUSARDI, 2020).

Haja vista, isso é importante uma vez que as pessoas com mais conhecimento financeiro, também são mais resilientes diante de crises econômicas (incluindo a crise financeira de 2008-2009). Embora alguns estudos tenham desafiado a importância da Alfabetização Financeira para a tomada de decisões financeiras, argumentando que a Alfabetização Financeira tem pouco efeito sobre os resultados econômicos, acredita-se no contrário (VIEIRA, 2021).

Savoia (2020), por exemplo, resumiu vários estudos ligando medidas financeiras e educacionais com comportamento, e argumentaram que a Alfabetização Financeira poderia explicar um pouco da variação no comportamento financeiro, especialmente para os de baixa renda. Embora fossem exercícios úteis, eles também sofriam de desvantagens importantes.

A título de exemplificação, estudos anteriores diferem enormemente em termos de abordagem e rigor empírico, tipo de intervenção e testes realizados. Agrupá-los não pode fornecer uma imagem consistente do estado da pesquisa sobre Alfabetização Financeira.

De fato, a Alfabetização Financeira medida por meio de perguntas, como as recomendadas na pesquisa de Lusardi (2020), se mostra significativa e consistente com a análise mencionada anteriormente.

Além disso, não surpreende que algumas intervenções em um passado distante (ou seja, nos anos 1960 e 1970), incluindo seminários de aposentadoria, envio de funcionários para feiras de benefícios ou obrigatoriedade de Alfabetização Financeira no Ensino Médio, tiveram pouco impacto duradouro nos resultados financeiros ao longo da vida (MICHAUD, 2020).

Acredita-se que isso ocorre não porque a Alfabetização Financeira seja ineficaz, mas porque intervenções limitadas e remotas podem não remediar o analfabetismo generalizado (MITCHELL, 2021).

Em outras palavras, o que pode ser exigido é uma dose maior, e não menor, de Alfabetização Financeira.

Uma consideração relacionada é que muitos estudos empíricos sobre o tema não se basearam em um modelo teórico, embora essa deficiência seja necessária para avaliar como a Alfabetização Financeira deve afetar o comportamento financeiro (GERARDI; GOETTE; MEIER, 2021).

Por exemplo, se os consumidores têm renda insuficiente para poupar, é improvável que o aumento da Alfabetização Financeira se traduza em maior poupança.

Em outras palavras, a Alfabetização Financeira pode não ser ineficaz *per se*, em vez disso, pode não ser capaz de se traduzir em mudanças no comportamento financeiro.

Da mesma forma, como o conhecimento financeiro é caro para adquirir e não promete o mesmo benefício para todos, alguns indivíduos não investirão em conhecimento e também o deixarão desvalorizar. E se desvalorizar, por consequência.

Novamente, isso não ocorre porque o conhecimento financeiro não funciona, mas porque um comportamento diferente é ideal para pessoas igualmente diferentes. Isso explica, por exemplo, por que a Alfabetização Financeira tende a ser menor em uma subamostra de baixa renda e por que se deve antecipar um efeito mais fraco da Alfabetização Financeira nesses subsectores da população.

3.6 Então, o que funciona?

Observa-se que muitos empregadores, professores e formuladores de políticas “entraram na onda” da Alfabetização Financeira nos últimos anos, oferecendo cursos, programas e novos diplomas. Isso fornece algumas evidências independentes da importância da Alfabetização Financeira, sugerindo que muitos indivíduos e instituições estão reconhecendo sua relevância (LUSARDI, 2020).

Tais programas oferecem uma outra maneira de avaliar os efeitos da Alfabetização Financeira.

Tendo em conta os resultados, duas iniciativas parecem particularmente adequadas para melhorar a literacia financeira: a Educação Financeira nas escolas e nos locais de trabalho.

A introdução da Educação Financeira nas escolas faz parte da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Em 2010, o Brasil introduziu um programa piloto para Educação Financeira no Ensino Médio e para medir o impacto do programa com o apoio do Fundo Fiduciário Russo para Alfabetização e Educação Financeira e do Banco Mundial o ampliou por todo país (D'AQUINO, 2017).

Este piloto seguiu dois anos de preparação para desenvolver as diretrizes, os primeiros materiais e o plano de implementação.

Ressalta-se que o conteúdo programático do citado programa piloto nas escolas integra a Educação Financeira no currículo escolar e incorpora estudos de caso sobre literacia financeira em matemática, língua/literatura, ciências, sociologia e outras disciplinas (PIOVESAN, 2021).

No Estado de São Paulo, por exemplo, existem escolas que optaram por incluir o conteúdo financeiro em cinco disciplinas diferentes ao mesmo tempo (PIOVESAN, 2021).

O desenho do estudo piloto foi baseado em atribuição aleatória. As escolas que se ofereceram para fazer parte do programa foram selecionadas, aleatoriamente, para fazer parte do “Grupo de Tratamento” ou do “Grupo de Controle” (VIEIRA, 2021).

O Grupo de Tratamento que recebeu livros didáticos e treinamento de professores. Já o Grupo de Controle foi necessário para avaliar os efeitos potenciais sobre os pais, então metade deles foi selecionado aleatoriamente para participar de uma oficina de Educação Financeira para pais (SAITO, 2019).

O método de atribuição aleatória ajudou a determinar se o programa piloto de Educação Financeira implementados nas escolas ocasionou mudanças no conhecimento financeiro, atitudes e na tomada de decisões. Os resultados de interesse foram ao nível do aluno e ao nível da família (VIEIRA, 2021).

A avaliação incluiu três instrumentos: um teste de Alfabetização Financeira, um questionário dos alunos e um questionário dos pais. Estes três instrumentos foram especificamente concebidos para a produção de: medida da literacia financeira, o grau de autonomia dos alunos em questões financeiras e o nível de intenção de poupar.

Os resultados foram muito encorajadores. As pesquisas de acompanhamento demonstraram que o nível médio de proficiência financeira é maior no Grupo de Tratamento do que no Grupo de Controle. O mesmo vale para o nível de autonomia financeira e para a atitude em relação à poupança. Todos os efeitos são estatisticamente significativos (ao nível de 1% na maioria dos casos) (VIEIRA, 2021).

Houve também efeitos positivos sobre os pais. A avaliação constatou um aumento no conhecimento financeiro dos pais, na discussão de assuntos financeiros dentro das famílias e um maior número de famílias na elaboração do Orçamento Familiar (D'AQUINO, 2017).

As implicações políticas do piloto são consideráveis. O Ministério da Educação decidiu ampliar o programa para as 5.000 escolas de ensino médio brasileiras e testar um programa para escolas primárias. Também foi decidido desenvolver uma plataforma virtual para divulgação nacional de recursos e o desenvolvimento de orientações (SAITO, 2019). Desde então o programa só tem crescido.

3.7 Ensino Médio

Conforme discutido anteriormente, a Alfabetização Financeira é baixa entre os alunos do Ensino Médio, em razão da falta da mesma desde as séries iniciais, embora esses jovens em breve precisem tomar decisões importantes, como ir para a faculdade e como financiar a sua educação.

Da mesma forma, observou-se que os trabalhadores estão gradativamente sendo solicitados a tomar decisões sobre suas economias, de quanto contribuir para suas contas, como investir suas economias de aposentadoria e como sacar sua renda durante a aposentadoria. O trabalho mostrou que o analfabetismo financeiro pode influenciar todas essas decisões.

Avaliar o impacto da Educação Financeira na escola e no local de trabalho é certamente difícil, mas a mudança para abordagens quase experimentais melhorou o rigor com que essas iniciativas são avaliadas. A evidência é favorável à importância da Educação Financeira.

Como exemplo recente, Savoia (2020) constatou que a Educação Financeira no Ensino Médio é inestimável, conclusão agora confirmada em vários países europeus. E nas séries iniciais é mais do que basilar, deveria ser obrigatória.

Da mesma forma, um trabalho recente de Arruda (2021) examina a eficácia da Educação Financeira obrigatória do estado de São Paulo para estudantes do Ensino Médio. O estudo mostra que, se um programa de Educação Financeira rigoroso for implementado com cuidado, pode melhorar as pontuações de crédito e diminuir a probabilidade de inadimplência de crédito para jovens adultos.

Em outro caso, Savoia (2020) avaliou um programa chamado “Cinco Passos” que ensinava conceitos de Planejamento Financeiro relacionados à aposentadoria. Os autores do programa projetaram um programa de Educação Financeira que forneceu informações sobre cinco conceitos básicos, subjacentes ao Planejamento Financeiro, usando um formato de programa passível de fácil replicação de baixo custo e disseminação em massa. Seus resultados mostraram que vídeos e narrativas gozes (3 minutos) tiveram efeitos consideráveis de curto prazo em medidas objetivas de conhecimento dos entrevistados.

Testes de acompanhamento do conhecimento dos entrevistados, aproximadamente oito meses após as intervenções, sugeriram que entre um quarto e um terço do ganho de conhecimento persistiu (SAVOIA, 2020).

Em outras palavras, tal programa pode ter efeitos positivos de curto e médio prazo e pode ser prontamente direcionado a novos funcionários.

3.8 Implicações políticas

Sob uma outra vertente, o conhecimento financeiro é extremamente importante para muitos dos debates políticos atuais. Por exemplo, usando um modelo intertemporal de poupança que incorpora muitas fontes de risco, demonstrou o que pode acontecer quando o conhecimento financeiro ajuda as pessoas a fazer um trabalho melhor, alocando seus recursos ao longo de suas vidas (VIEIRA, 2021).

Essa pesquisa concluiu que mais de um terço da desigualdade de riqueza no Brasil pode ser explicada por diferenças no conhecimento financeiro. Além disso, mostrou que os consumidores estariam dispostos a abrir mão de 3% de seu consumo ao longo da vida para melhorar seu bem-estar por meio do conhecimento financeiro (VIEIRA, 2021).

Esses achados são relevantes para a Política Nacional de Educação e aposentadoria. A título de exemplificação, contas pessoais sob a Previdência Social e maior dependência de contas de aposentadoria gerenciadas individualmente, levariam a um maior conhecimento financeiro. Fornecer Educação Financeira no Ensino Médio, e muito mais nas séries iniciais, também pode melhorar o bem-estar não apenas entre os jovens, mas de todos (SAITO, 2019).

Ver o conhecimento financeiro como um investimento em capital humano tem consequências potencialmente de longo alcance para a política de educação e treinamento. Quando as pessoas tomam decisões financeiras ruins, isso pode colocá-las em profundos problemas financeiros ao longo de suas vidas. Por sua vez, essas dificuldades podem se espalhar para suas famílias e para o resto da economia (VIEIRA, 2021).

Curar e prevenir o analfabetismo financeiro não é gratuito, mas investir em Alfabetização Financeira provavelmente trará altos retornos.

Além disso, o trabalho demonstra que a Alfabetização Financeira pode beneficiar não apenas os economicamente vulneráveis da sociedade, mas também a população em geral.

Os produtos financeiros e as decisões sobre eles, provavelmente se tornarão cada vez mais complexos nos próximos anos. Assim, irão expor as pessoas a riscos financeiros adicionais e produtos financeiros cada vez mais sofisticados.

Naturalmente, alerta-se que as avaliações adequadas do programa exigem experimentos e acompanhamentos cuidadosamente projetados, para determinar qual é o valor agregado de uma intervenção específica de Alfabetização Financeira.

Aqueles que regulam e supervisionam os mercados financeiros deveriam dedicar mais atenção a como os jovens, funcionários e aposentados entendem o mundo econômico ao seu redor. Ainda há muito a ser feito neste jovem campo de Alfabetização Financeira, principalmente no Estado de São Paulo.

4 O ESTADO DE SÃO PAULO

Como já amplamente demonstrado ao longo do trabalho, o sistema financeiro desempenha um papel importante no desenvolvimento econômico de um país, ou de um Estado, como é o caso do trabalho, pois, por meio dele, as pessoas fazem investimentos, solicitam empréstimos e poupam.

Esse trecho do trabalho explica como, por meio da Educação Financeira, é possível trabalhar para o progresso da economia em nível estadual.

A Educação Financeira é mais uma ferramenta a ser incluída nas estratégias públicas e privadas para gerar e sustentar o desenvolvimento econômico em qualquer sociedade. Se as pessoas manejarem os conceitos básicos de Educação Financeira, os altos custos de financiamento de suas necessidades poderão ser reduzidos e isso lhes permitiria ter uma maior capacidade de investimento, por exemplo.

Se recebessem instrução financeira, e com isso pudessem elevar os índices de Inclusão Financeira, as pessoas estariam mais bem preparadas para tomar melhores decisões de poupança, para obter empréstimos à juros razoáveis, efetuar pagamentos e administrar suas finanças pessoais e familiares de forma mais precisa (SAVOIA, 2020).

O mercado teria uma carteira mais saudável, responsável e preparada para assumir riscos. Mas somente se seus parâmetros melhorarem.

O Relatório Nacional de Inclusão Financeira revela que até 2021 que 42% da população adulta do Estado de São Paulo estava totalmente excluída do sistema financeiro e apenas 10% dos adultos moradores do Estado haviam recebido até então algum tipo de Educação Financeira (BACEN, 2021).

Como resultado a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira vem desenvolvendo um trabalho colaborativo com diversos setores da sociedade paulistana para orientar políticas de Inclusão Financeira por meio da Educação Financeira, enfatizando especialmente o acesso e uso de produtos financeiros e a proteção do consumidor financeiro (SAVOIA, 2020).

Foram passos altamente positivos considerando o ponto de partida. Piovesan (2021) relata que teve início, em 2017, a implementação de programas de treinamento sobre o tema. Assim, nestes 3 anos, contando até 2020, mais de 50.000 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, passaram por programas de Educação Financeira desde simuladores, oficinas de capacitação, seminários, entre outros.

Atualmente e graças às contribuições da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira no Estado de São Paulo, desenvolve-se os seguintes projetos: “Jovens Empreendedores em Ação” e “Mulheres Empreendedoras” onde alia-se Educação Financeira, Inclusão Financeira e empregabilidade para cerca de 1.200 pessoas por ano. A iniciativa também incentiva o empreendedorismo como alternativa de desenvolvimento econômico e social, tornando o setor visível como um dos segmentos mais dinâmicos da economia em desenvolvimento e realizando seminários de Educação Financeira para microempreendedores (VIEIRA, 2021).

Ao longo dos anos foi possível observar marcos transcendentais na história e evolução do Estado no quesito da Educação Financeira. Nesse sentido, de acordo com Piovesan (2021), os comandantes do Estado de São Paulo estão convencidos de que a capacidade de gerar mudanças não pode se basear, apenas, em apoiar o desenvolvimento dos clientes (negócios), mas também em se envolver ativamente na geração de mudanças positivas e sustentáveis na comunidade (investimento social).

As mudanças são quantitativas e qualitativas. Pessoas que iniciaram seus negócios de forma empírica passam a tratar suas finanças de forma mais formal, incorporando os principais conceitos financeiros que culminam em uma melhor capacidade de tomar créditos/empréstimos. Seu nível de endividamento tornou-se mais responsável, pensam na poupança pessoal e na poupança familiar, projetam-se a curto, médio e longo prazo, procuram apresentar melhores produtos/serviços (*marketing*), melhoram a qualidade do serviço, começam a usar a contabilidade formal de seus negócios. Dessa forma acabam se tornando clientes atrativos para o sistema financeiro (VIEIRA, 2021).

A título de exemplificação, as mulheres que iniciaram o primeiro programa “Mulheres Empreendedoras”, com crédito mínimo, hoje são clientes formais da carteira de crédito do Banco do Povo, com créditos muito mais fortes do que aqueles que tinham inicialmente, com taxas de pagamento significativamente positivas e famílias inteiras em melhores condições de vida (VIEIRA, 2021).

Mas há também um impacto indireto gerado pelos programas: os beneficiários, além de receberem instrução formal, passam a aumentar sua autoestima, sua confiança e são estimulados a continuar empreendendo e ver seu futuro de uma forma diferente (PIOVESAN, 2021).

Por fim, e o mais benéfico de tudo, é que muitas vezes são eles, os beneficiários, que ajudam indivíduos que estão em situação parecida com a que se encontravam antes de participarem dos programas.

Relata-se ainda que no Estado de São Paulo, a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira também formou os grupos “Educação Financeira e Populações Vulneráveis” para promover ações que busquem ampliar a Educação Financeira em todo o país, reunindo setores público e privado, sindicatos e associações, Organizações Não Governamentais, entidades de cooperação internacional, entre outros (VIEIRA, 2021).

O resultado: no ano de 2021 a mais notória campanha nacional de Educação Financeira que buscou promover a gestão adequada das ferramentas financeiras na sociedade, e aprimorar as habilidades na tomada de decisões que afetam a situação financeira das pessoas (VIEIRA, 2021).

O Governo Nacional também declarou a segunda semana de março de cada ano como a “Semana Nacional de Educação Financeira” um marco muito importante que sustenta a continuidade dessas ações. O governo do Estado de São Paulo e a Federação Brasileira de Bancos firmam parceria para aulas de Educação Financeira a alunos e docentes (PIOVESAN, 2021).

Todas são ações muito positivas que contribuem para continuar fortalecendo esse aspecto no país. Graças a essas iniciativas, observa-se uma evolução tangível na forma como os agentes de mudança (entidades públicas, setor privado, Organizações Não Governamentais e outros) uniram forças para um objetivo comum: o primeiro grande passo para garantir que o aumento do conhecimento e do repasse da Educação Financeira continue.

Na realidade, essas ações estão abrangendo diversos setores da população e as iniciativas estão se expandindo cada vez mais. É preciso considerar que este é um trabalho constante, que não para, e que os resultados serão vistos a longo prazo.

É louvável o trabalho que a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira no Estado de São Paulo e o Setor Privado estão fazendo para apoiar essas ações, e acredita-se que desde a união bancária tem sido um dos ramos mais comprometidos com esse objetivo, participando ativamente das mesas de diálogo, apoiando a “Semana da Educação Financeira”, gerando oficinas para colaboradores, clientes e fornecedores, publicação de materiais de comunicação e promocionais, entre outros (VIEIRA, 2021).

Reforçando mais uma vez, vários problemas poderiam ser evitados se os cidadãos tivessem uma boa Educação Financeira, entre eles, para citar alguns: práticas financeiras insalubres onde as pessoas caem em empréstimos com altos custos de juros no mercado informal, endividamento excessivo e irracional seriam evitados, os poucos casos de sucesso ou insucesso nos empreendimentos, a utilização ou perda de garantias importantes para os empresários é limitada e, sobretudo, o desânimo ou medo que muitos pequenos empresários têm de iniciar novos negócios e atividades comerciais são sanados (PIOVESAN, 2021).

A educação, em geral, e a Educação Financeira em particular, são ferramentas positivas para reduzir o fosso da pobreza. A experiência de Piovesan (2021) na gestão de projetos com populações vulneráveis ensinou que existe um segmento negligenciado em termos de Educação Financeira e que com um mínimo de instrução formal, mudanças de alto impacto podem ser geradas.

Por exemplo, a maioria das mulheres empreendedoras que participam dos projetos, antes de começarem, não têm certeza se seus micro negócios progredir, se vão gerar lucros ou prejuízos, não sabem determinar o custo e o valor de venda de uma forma mais prática, não sabem se podem alocar dinheiro na poupança pessoal e muito menos na poupança familiar e não identificam suas prioridades mais prementes para sair da pobreza (VIEIRA, 2021).

Todas as ferramentas para tirar essas dúvidas são aprendidas no programa Mulheres Empreendedoras, que as ensinam a começar a definir seu plano de negócios de alto impacto e seu plano de vida. Isso facilita reduzir a pobreza e gerar uma mentalidade de progresso e maior bem-estar.

Em resumo, é necessário continuar investindo na educação das novas gerações. O Brasil é um país com alta taxa de população jovem, onde 70% da população tem 35 anos ou menos, e é preciso prepará-los, pois eles são o futuro (VIEIRA, 2021).

Assim sendo, quanto mais adicionar, mais conseguirá. Quanto mais se expande para a sociedade, mais benefícios se alcançará.

Quando se trata de uma possível reforma no campo educacional, afinal o que se questionou ao longo do trabalho foi a Educação Financeira desde as séries iniciais, entende-se como um processo de inovação na educação, tanto em seu currículo quanto em seu funcionamento.

A evidência empírica aqui apresentada fala da necessidade de incluir a Educação Financeira nas séries iniciais como parte de uma mudança na forma como a visão da criança sobre os problemas econômico-financeiros contemporâneos é configurada e moldada. Esta nova forma de incorporar o pensamento financeiro e econômico no ensino primário apoiará o processo de reforma educativa que se pretende, com níveis de escolaridade mais elevados e de maior qualidade, para melhorar a situação econômica e condição social no Brasil e no Estado de São Paulo.

Vieira (2021) afirma que é necessário ter em mente que o desenvolvimento infantil envolve influência mútua entre família e escola. O ambiente social desempenha um papel importante no processo de ensino-aprendizagem; especialmente, na população infantil é necessário considerar atividades significativas em seu nível de compreensão.

Embora seja verdade que nada garante que o modelo educacional funcione e forneça as ferramentas necessárias para entender a dinâmica econômica de um mundo global, que no futuro terá um impacto positivo no desenvolvimento econômico, pois não é uma formação obrigatória e depende dos critérios de cada escola. No caso do Estado de São Paulo programas já estão sendo apresentados e implantados.

Vale esclarecer que os resultados da pesquisa, mesmo quando inferências não podem ser feitas em escala nacional, devido à limitação da amostra específica de uma área geográfica do Estado de São Paulo, podem ser uma referência para investigar a forma em que os jovens adquirem conhecimentos econômicos em diferentes áreas do país.

Da mesma forma, os achados podem ser usados para formular estratégias nas escolas que ativem a predisposição para aprender e despertem a curiosidade e o interesse da criança por questões econômicas do mundo global. Com a intervenção e orientação dos professores, com base na reforma do modelo educacional, é possível avançar a estrutura do conhecimento para um nível mais amplo de informação sobre questões econômicas,

A estratégia de aumentar os níveis de Educação Financeira no Brasil garante mudanças nos conhecimentos, atitudes e comportamentos financeiros. Aumentar os níveis de Educação Financeira pode, por sua vez, melhorar os níveis de inclusão social e bem-estar, independentemente da condição social dos indivíduos, uma vez que lhes permitiria adquirir serviços financeiros com base em seu tipo e nível de renda. Uma maior Educação Financeira pode ocorrer diante de uma maior reação da

população à crescente oferta de produtos e serviços financeiros, sob regimes regulatórios, desde que garantida a proteção dos interesses dos consumidores, pois a aquisição de produtos financeiros dependerá sobre comportamentos e atitudes financeiras positivas.

O esforço público para aumentar a Inclusão Financeira não se refletirá por si só em aumentos racionais da Educação Financeira das pessoas. Para que isso aconteça, o Estado de São Paulo tem que disponibilizar mecanismos e recursos para que o consumidor tenha a certeza de se aproximar das instituições e obter as informações e treinamentos necessários para utilizá-las corretamente. Isso permitiria que indivíduos de baixa renda obtivessem maiores benefícios e oportunidades de investimento, ao mesmo tempo em que aumentariam seus níveis de Educação Financeira.

Embora o Brasil tenha um sistema financeiro com múltiplas inovações, uma parte significativa de sua população não tem capacidade para aproveitá-lo. Para que a Educação Financeira alcance melhores condições de vida, ela deve ser abrangente e acompanhada de um nível de inclusão financeira, que permita uma relação próxima entre consumidores e serviços, e aumente os níveis de bem-estar. Futuras pesquisas associadas à Educação Financeira podem desagregar as informações em nível regional em relação a gênero e cultura financeira.

4 CONCLUSÃO

Diante da relevância do trabalho, foi possível concluir que a importância da Educação Financeira é um aspecto muito relevante na sociedade e na vida de qualquer pessoa, pois auxilia na tomada de decisões, na boa forma de administrar ou alocar o dinheiro, isso contribui para uma melhoria na qualidade de vida, o que leva ao desenvolvimento de uma boa poupança ou capitalização que permita investimentos futuros.

Atualmente, no sistema financeiro, existem diversos tipos de carteiras dentro de um marco regulatório e regularizadas pela superintendência financeira, que permitem o acesso a algumas economias de curto, médio e longo prazo para otimizar o dinheiro. Mas a grande maioria das pessoas não tem conhecimento sobre Educação Financeira suficiente, se não para fazer compras, seja para suas necessidades ou para seus gostos, levando isso ao consumismo. A falta de Educação Financeira, faz com que as famílias tenham custos de financiamento elevados para as suas necessidades e estratégias de investimento erradas.

O trabalho teve como problema de pesquisa: Como a Educação Financeira, desde as séries iniciais, pode auxiliar no desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo?

Obteve-se como resposta que uma parte importante da população do Brasil, e de acordo com a pesquisa, que também contou com dados mundialmente, não entende conceitos fundamentais de finanças. Esta falta de Educação Financeira faz com que as famílias tenham custos de financiamento elevados para as suas necessidades e estratégias de investimento erradas com pouco retorno ou risco excessivo. Nessa linha, estudos recentes, mostrados no trabalho, apresentam evidências no Estado de São Paulo de que os jovens podem aumentar, significativamente, suas poupanças por meio de estratégias de investimento mais adequadas, desde que ensinados sobre Educação Financeira a partir das séries iniciais. É por isso que um processo sério de Educação Financeira no Estado poderia ter um efeito importante sobre seu crescimento econômico.

Uma maior inclusão financeira é crucial. As pessoas que têm a capacidade (ou escolha) de poupar, emprestar, fazer pagamentos e gerenciar riscos têm maiores oportunidades de desenvolvimento profissional no Estado. No nível macro, há evidências que sugerem que um grau mais alto de Inclusão Financeira pode

desempenhar um papel importante na redução da pobreza, na redução da desigualdade e na formação do crescimento econômico inclusivo do Estado de São Paulo.

No que se refere a primeira hipótese, de que não existe a necessidade de aprender sobre Educação Financeira, a mesma, indubitavelmente, não se confirmou. Do ponto de vista teórico e conceitual, a Educação Financeira tornou-se um tema de interesse para escolas e professores, mas também para governos e autoridades educacionais. No contexto brasileiro, ainda não foi possível definir uma Política Pública que permita a incorporação da formação financeira à formação integral que se realiza nas instituições de ensino.

Nesse sentido, é urgente que o nível político central defina as diretrizes e padrões que devem ser considerados nas escolas para promover uma Educação Financeira adequada. Por outro lado, a ausência de políticas educacionais, nesse campo, significa que justamente a escola é observada como uma instância excluída do conhecimento ou das percepções que os alunos têm sobre assuntos financeiros.

A respeito da segunda hipótese, de que se ensinada desde cedo, a Educação Financeira pode transformar o cenário do Brasil, a mesma se confirma.

A Educação Financeira deve ser interpretada como um processo de formação que incorpora a socialização do conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a adoção adequada, consciente e responsável das decisões financeiras. Essa tarefa de formação não pode ocorrer por meio de programas isolados ou ações fragmentadas, mas deve responder a diretrizes previamente definidas.

Quanto aos objetivos do trabalho, os mesmos foram aprofundados e discernidos de maneira satisfatória, tendo sido possível: demonstrar como a Educação Financeira, a partir das séries iniciais, pode auxiliar no desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo; apresentar conceitos relacionados a Educação Financeira; investigar o nível de Educação Financeira dos indivíduos de diversas partes do mundo, de acordo com a OCDE, segundo aspectos individuais, demográficos e de socialização; e contrastar os níveis de Educação Financeira entre a população jovem de estudantes brasileiros com jovens de outras partes do mundo, também de acordo com a OCDE.

Enfatiza-se que aumentar os níveis de Educação Financeira pode, por sua vez, melhorar os níveis de inclusão social e bem-estar, independentemente da condição

social dos indivíduos, uma vez que lhes permitiria adquirir serviços financeiros com base em seu tipo e nível de renda. Uma maior Educação Financeira pode ocorrer diante de uma maior reação da população à crescente oferta de produtos e serviços financeiros, sob regimes regulatórios, desde que garantida a proteção dos interesses dos consumidores, pois a aquisição de produtos financeiros dependerá sobre comportamentos e atitudes financeiras positivas.

O esforço público para aumentar a Inclusão Financeira não se refletirá por si só em aumentos racionais da Educação Financeira das pessoas. Para que isso aconteça, o Estado de São Paulo tem que disponibilizar mecanismos e recursos para que o consumidor tenha a certeza de se aproximar das instituições e obter as informações e treinamentos necessários para utilizá-las corretamente. Isso permitiria que indivíduos de baixa renda obtivessem maiores benefícios e oportunidades de investimento, ao mesmo tempo em que aumentariam seus níveis de Educação Financeira.

Em reforço a essas considerações, vale frisar que a pesquisa não esgota o assunto, pois ele pode desdobrar-se em pesquisas de maior fôlego, que exijam maior tempo de consulta teórica sobre a Educação Financeira, além da pesquisa meramente bibliográfica, tais como pesquisas de campo e pesquisa-ação, a fim de se confrontarem os pressupostos teóricos.

Todavia, em que pesem as limitações do trabalho, ele tem a virtude de apontar caminhos para futuros pesquisadores, além servir de referencial teórico inicial para quem já trabalha na área.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Samuel Davis. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. São Paulo: Saraiva, 2021.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira e gestão de finanças pessoais**. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 30 de abr. 2022.

CAMARGO, Carlos. **Planejamento Financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo**. Curitiba, 2017. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2017.

CNC. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor**. 2021. Disponível em: <www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-de-endividamentoe-inadimplencia-do-consumidor>. Acesso em: 4 de mai. 2022.

D'AQUINO, Carlota. **Educação Financeira**. São Paulo: Atlas, 2017.

FIORENTINI, Sílvia Ribeiro. **Inadimplência: como evitar e resolver**. São Paulo: Sebrae, 2014.

FULGÊNCIO, Paulo César. **Glossário Vade Mecum: administração pública, ciências contábeis, direito, economia e meio ambiente: 14.000 termos e definições**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

GERARDI, Kevin; GOETTE, Lears; MEIER, Sonu. *Numerical ability predicts mortgage default*. **Proceedings of the National Academy of Sciences, Ohio**, v. 20, n. 110, p. 11267–11271, 2020.

LELIS, Michele Gomes. **Educação Financeira e empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Centro de Produções Técnicas, 2016.

LUSARDI, AnnaMaria. *The economic importance of financial literacy: theory and evidence*. **Journal of Economic Literature**, New York, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2020.

MARQUES, Maria Luiza; FRADE, Carla. **Regular o sobre-endividamento**. Portugal: Coimbra, 2013.

MEDEIROS, Carlos Daniel. **G. Educação Financeira**: São Paulo: Atlas, 2013. MICHAUD, Paul. Carlton. *Using a life cycle model to evaluate financial literacy*

program effectiveness. **University of Pennsylvania**, Pensilvania, v. 12, n. 33, p.344-376, 2020.

MITCHELL, Orlando. *Financial literacy: implications for retirement security and the financial marketplace*. **Oxford University Press**, 2021.

OCDE. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico. **Medir as competências da população adulta sobre a Educação Financeira**. 2021. Disponível em: <<https://data.oecd.org/gga/general-government-debt.htm>>. Acesso em: 04 de mai. 2022.

_____. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico. **Relatório Brasil no PISA**. 2018. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf>. Acesso em: 04 de mai. 2022.

PICCINI, Ruberlan Alex. **Planejamento Financeiro pessoal e familiar**. São Paulo: Peixoto Neto, 2014.

PIOVESAN, Janete. Finanças pessoais: percepções sobre a Alfabetização Financeira e o bemestar financeiro. **Brazilian Journals of Business**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 724-746 jan. /mar. 2021.

REIS, Frederico. **Planejamento Financeiro: qual a importância de planejar as finanças?** 2018. Disponível em: <<https://blog.magnetis.com.br/planejamento-financeiro-a-importancia-de-planejar-as-financas/>>. Acesso em: 1 de mai. 2022.

SAITO, André Tau. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. São Paulo: Juruá, 2019.

SAVOIA, José Roberto Ferreira, **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil**. Rio de Janeiro: RAP, 2020.

SEHN, Ana Paula; CARLINI, Roberto. Inadimplência no sistema financeiro de habitação. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2017.

TOLOTTI, Márcia. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

VIEIRA, Silvio Lucas. **Estrutura e funcionamento da educação básica no Estado de São Paulo**. 2021. Disponível em: <[https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431689/2/Livro_Estrutura%20e%20Funcionamento%20da%20Edu\(REIS,2018\).o%20Basica.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431689/2/Livro_Estrutura%20e%20Funcionamento%20da%20Edu(REIS,2018).o%20Basica.pdf)>. Acesso em: 2 de mai. 2022.